

**DECRETO Nº 013/2026**

*“Institui o novo sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e dos documentos fiscais obrigatórios do Município de Nova Serrana e dá outras providências”.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SERRANA (MG)**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Nova Serrana e,  
**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Complementar n.º 066, de 15 de setembro de 2025, que dispõe sobre o Código Tributário Municipal de Nova Serrana;  
**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar os dispositivos da referida Lei Complementar, de modo a assegurar sua fiel execução no âmbito da Administração Pública Municipal;  
**CONSIDERANDO** os princípios da legalidade, eficiência, publicidade e segurança jurídica que regem a Administração Pública, nos termos do art. 37 da Constituição da República;  
**CONSIDERANDO** a conveniência administrativa e o interesse público na padronização de procedimentos relativos à nota fiscal eletrônica.

**DECRETA**

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Seção I**

**O sistema de gerenciamento de dados.**

**Art. 1º.** Fica instituído, no âmbito da Prefeitura Municipal de Nova Serrana o Sistema Eletrônico de Gestão do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (SIGISS) cuja utilização é obrigatória para todos os contribuintes do imposto e para as pessoas jurídicas tomadoras de serviços estabelecidas ou domiciliadas no Município.



Rua João Martins do Espírito Santo, nº 12  
Park Dona Gumerinda Martins  
Tel.: (37) 3226-9000

Edição Nº 2650 – Ano XII – Sexta-feira, 06 de Fevereiro de 2026

**Parágrafo único.** O sistema referido no caput será disponibilizado gratuitamente no sítio eletrônico oficial da Prefeitura ([www.novaserrana.mg.gov.br](http://www.novaserrana.mg.gov.br)), no endereço eletrônico <https://novaserrana.sigiss.com.br>, ou de outro que venha a substituí-lo oficialmente.

## Seção II

### Da escrituração fiscal

**Art. 2º.** Estão obrigados à escrituração eletrônica mensal, através do sistema de gestão (SIGISS), os seguintes livros fiscais:

**I** - Livro de Registro de Prestação de Serviços;

**II** - Livro de Registro de Serviços Tomados.

**§1º.** A obrigação de escriturar estende-se aos tomadores de serviços, pessoas jurídicas, ainda que gozem de imunidade ou isenção, inclusive órgãos da administração pública direta e indireta.

**§2º.** No livro eletrônico de registro de serviços tomados deverão ser escriturados todos os serviços tomados de pessoa física ou jurídica, estabelecida ou não no Município de Nova Serrana, independentemente de estarem ou não sujeitos à incidência do ISSQN.

**Art. 3º.** A fiscalização tributária será exercida sobre todas as pessoas físicas e jurídicas sujeitas ao cumprimento de obrigações tributárias principais ou acessórias relativas ao ISSQN, inclusive aquelas alcançadas por hipóteses de imunidade ou isenção.

**Art. 4º.** Constituem instrumentos auxiliares da escrituração fiscal, para todos os efeitos legais:

**I** - os livros da contabilidade geral do contribuinte;

**II** - as demais declarações, demonstrativos e obrigações acessórias eletrônicas exigidas pela legislação tributária municipal.

## Seção III

### Dos comprovantes fiscais

**Art. 5º.** Constituem documentos fiscais, destinados ao registro das operações de prestação de serviços e essenciais à ação fiscalizadora, os seguintes instrumentos:

**I** - a Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e), modelo oficial do Município;



Rua João Martins do Espírito Santo, nº 12  
Park Dona Gumerinda Martins  
Tel.: (37) 3226-9000

Edição Nº 2650 – Ano XII – Sexta-feira, 06 de Fevereiro de 2026

**II** - os bilhetes de ingresso, pules, tickets, convites ou similares, inclusive em formato digital, relativos a jogos, espetáculos, diversões públicas e eventos, em recintos fechados ou ao ar livre;

**III** - os bilhetes de passagem, ordens de serviço ou cartões eletrônicos de acesso utilizados por empresas de transporte coletivo de passageiros, de natureza municipal;

**IV** - o Recibo Provisório de Serviços (RPS), para utilização exclusiva nas hipóteses de contingência ou regimes especiais.

**§1º.** O contribuinte emitirá o documento fiscal adequado à natureza da operação que realizar, conforme as especificações estabelecidas pela Secretaria Municipal de Fazenda, sendo vedada a utilização de documentos que não atendam aos requisitos de validade jurídica previstos neste Decreto.

**§2º.** A obrigação de emissão de documentos fiscais é autônoma por estabelecimento, devendo cada unidade, filial, agência ou posto do contribuinte possuir numeração e controles próprios, vedada a centralização de emissão sem prévia e expressa autorização do Fisco Municipal por meio de regime especial.

**§3º.** Os documentos previstos nos incisos II e III, quando não integrados nativamente ao sistema de NFS-e, deverão ter seu movimento financeiro mensal escriturado e convertido em documento consolidado no Sistema de Gestão do ISSQN, para fins de apuração do imposto devido.

#### Seção IV

#### Do encerramento dos livros

**Art. 6º.** Os livros fiscais de registro de serviços prestados e tomados, gerados nativamente pelo Sistema Eletrônico de Gestão (SIGISS), deverão ser encerrados mensalmente pelos contribuintes e responsáveis tributários até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao de sua competência.

**§1º.** A inexistência de prestação ou de contratação de serviços no período de competência não desobriga o sujeito passivo de efetuar a declaração de ausência de movimento econômico e o respectivo encerramento do livro fiscal no prazo estabelecido no caput.

**§2º.** Os livros fiscais, contábeis, recibos, guias, notas fiscais e demais documentos correlatos, inclusive em formato digital, são de conservação obrigatória pelo contribuinte



Rua João Martins do Espírito Santo, nº 12  
Park Dona Gumerinda Martins  
Tel.: (37) 3226-9000



Edição Nº 2650 – Ano XII – Sexta-feira, 06 de Fevereiro de 2026

até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

§3º. Em estrita observância ao art. 195 da Lei Federal n. 5172/1966 (Código Tributário Nacional), não possuem aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito do fisco municipal de examinar livros, arquivos, documentos, papéis comerciais ou fiscais dos prestadores e tomadores de serviços, bem como de seus respectivos arquivos digitais.

## CAPÍTULO II

### NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e

#### Seção I

##### Das disposições gerais e da obrigatoriedade

**Art. 7º.** Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente no sistema de gestão do ISSQN (SIGISS), com o objetivo de registrar as operações de prestação de serviços e constituir o crédito tributário.

§1º. A emissão da NFS-e é obrigatória para todas as pessoas jurídicas de direito público ou privado e para as unidades econômicas a elas equiparadas, estabelecidas no Município, inclusive as optantes pelo regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte (Simples Nacional).

§2º. Ficam dispensados da obrigatoriedade de emissão de NFS-e:

**I** - profissionais autônomos: aqueles que possuam inscrição ativa no Cadastro Municipal sob o regime de tributação fixa anual do ISSQN;

**II** - instituições financeiras: os bancos e estabelecimentos autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), desde que apresentem a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DESIF);

**III** - concessionárias de serviço público: especificamente quanto aos serviços de transporte coletivo de passageiros e demais serviços remunerados por tarifa ou preço público, mediante autorização do fisco para adoção de regime especial de controle;



Rua João Martins do Espírito Santo, nº 12  
Park Dona Gumerinda Martins  
Tel.: (37) 3226-9000

# Diário Oficial



Nova Serrana•MG

Diário Oficial Eletrônico do Município de Nova Serrana-MG / Instituído pela Lei Nº 2.355/2015

Edição Nº 2650 – Ano XII – Sexta-feira, 06 de Fevereiro de 2026

**IV** - microempreendedores individuais (MEI): exclusivamente nas prestações de serviços para pessoas físicas, conforme dispõe a Resolução CGSN nº 169/2022 ou norma nacional superveniente.

**§3º.** O Microempreendedor Individual (MEI), quando obrigado à emissão de documento fiscal em operações com pessoas jurídicas, deverá utilizar obrigatoriamente a NFS-e de padrão nacional, disponível no portal de gestão pública federal, ficando dispensado da emissão no sistema municipal.

**Art. 8º.** A NFS-e será emitida exclusivamente por meio do SIGISS, obedecendo ao modelo estabelecido em padronização nacional, e conterá obrigatoriamente as seguintes informações:

**I** - dados de Controle: número sequencial, série e código de verificação de autenticidade;

**II** - datas: data e hora da emissão e data da ocorrência do fato gerador (competência);

**III** - identificação das partes: nome ou razão social, endereço, e-mail, inscrição no CPF ou CNPJ e Inscrição Municipal (CCM) do prestador e do tomador dos serviços;

**IV** - descrição do objeto: discriminação detalhada do serviço, informando a quantidade e o valor unitário;

**V** - classificação fiscal: código do serviço conforme a Lista de Serviços da Lei Complementar nº 066/2025 e indicação de isenção, imunidade ou serviço não tributável, quando for o caso;

**VI** - valores e tributos:

- a) valor total da NFS-e;
- b) valor da base de cálculo e alíquota aplicável;
- c) valor das deduções autorizadas, se houver;
- d) valor líquido do ISSQN;
- e) indicação das retenções na fonte (ISSQN e tributos federais).

**VII** - histórico: número e data do documento substituído, nos casos de substituição.

**§1º.** O documento exibirá, obrigatoriamente, em local de destaque, as expressões "Prefeitura Municipal de Nova Serrana", "Secretaria Municipal de Fazenda" e "Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e", além do brasão oficial do Município.

**§2º.** A numeração da NFS-e será gerada eletronicamente pelo sistema em ordem crescente e sequencial, de forma individualizada para cada estabelecimento do prestador de serviços, reiniciando-se apenas mediante autorização expressa do fisco em casos de alteração de regime ou sistema.



Rua João Martins do Espírito Santo, nº 12  
Park Dona Gumerinda Martins  
Tel.: (37) 3226-9000

# Diário Oficial



Nova Serrana•MG

Diário Oficial Eletrônico do Município de Nova Serrana-MG / Instituído pela Lei Nº 2.355/2015

Edição Nº 2650 – Ano XII – Sexta-feira, 06 de Fevereiro de 2026

§3º. O contribuinte deverá informar, nos campos específicos do sistema, os valores referentes aos tributos federais (PIS, COFINS, IRRF, CSLL e INSS), sempre que a legislação federal exigir a retenção ou o destaque, cabendo ao prestador a responsabilidade pela exatidão dos dados informados.

§4º. O destaque de tributos federais e de outras retenções possui fins meramente informativos e de controle fiscal, não implicando, sob nenhuma hipótese, na redução da base de cálculo do ISSQN, salvo as deduções expressamente autorizadas pela Lei Complementar Municipal n. 066/2025.

§5º. A validade jurídica da NFS-e é garantida pela assinatura digital do Município e pelo código de verificação de autenticidade, que permite a consulta pública de sua integridade no portal oficial.

§6º. A Secretaria Municipal de Fazenda ou órgão equivalente poderá autorizar, em caráter excepcional e temporário, a emissão de documento fiscal em meio diverso do eletrônico, nas hipóteses de contingência, indisponibilidade do sistema ou outras situações justificadas.

**Art. 9º.** O contribuinte deverá emitir NFS-e individualizada para cada tipo de serviço prestado, sendo entregue ao tomador por meio eletrônico, podendo ser impressa em via única caso solicitado pelo destinatário no ato da prestação.

**Art. 10.** As NFS-e emitidas ficarão disponíveis para consulta e extração no SIGISS pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao da sua emissão.

§1º. A disponibilização no sistema municipal não desonera o emitente e o tomador do serviço do dever de conservar o documento em arquivo digital (formato XML ou equivalente), sob sua guarda e responsabilidade, pelo prazo previsto no art. 173 da Lei Federal n. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional).

§2º. Para os fins do parágrafo anterior, a guarda dos documentos fiscais eletrônicos deverá observar requisitos de integridade e autenticidade, devendo ser apresentada à administração tributária do município ou a outros entes fiscalizadores sempre que solicitada, sob pena das sanções cabíveis.

§3º. No caso de interrupção ou suspensão do prazo decadencial ou prescricional por medida judicial ou administrativa, a obrigatoriedade de conservação dos documentos estende-se até a solução definitiva da lide ou do processo.



Rua João Martins do Espírito Santo, nº 12  
Park Dona Gumerinda Martins  
Tel.: (37) 3226-9000



Edição Nº 2650 – Ano XII – Sexta-feira, 06 de Fevereiro de 2026

**Art. 11.** O valor do ISSQN declarado à administração tributária mediante a emissão da NFS-e ou por meio de escrituração eletrônica, uma vez não recolhido integralmente no prazo regulamentar, constitui confissão de dívida e equivale à constituição definitiva do crédito tributário.

**§1º.** A declaração referida no caput dispensa qualquer outra providência administrativa para a constituição do crédito, facultando-se a inscrição imediata do débito em Dívida Ativa, independentemente de prévia notificação ou lançamento de ofício, para fins de cobrança judicial ou extrajudicial.

**§2º.** A confissão de dívida prevista neste artigo abrange o valor principal do imposto e os acréscimos legais (juros, multas e atualização monetária) incidentes até a data do efetivo pagamento.

**Art. 12.** Como regra geral, cada operação de prestação de serviços deverá ser acobertada pela emissão de uma NFS-e individualizada.

**§1º.** A Secretaria Municipal de Fazenda poderá, mediante requerimento fundamentado, conceder regimes especiais de emissão e escrituração, considerando a natureza da atividade, a peculiaridade do serviço ou o volume de operações do contribuinte, visando à simplificação do cumprimento das obrigações acessórias.

**§2º.** A concessão de regime especial não desonera o contribuinte do recolhimento do imposto nos prazos regulamentares, podendo ser revogado a qualquer tempo caso se mostre prejudicial aos interesses da fiscalização ou à arrecadação municipal.

## Seção II

### Do cancelamento e da substituição da NFS-e

**Art. 13.** O cancelamento ou a substituição da NFS-e poderá ser efetuado observando-se os seguintes prazos e condições:

- I** - diretamente via sistema (SIGISS): em até 24 (vinte e quatro) horas contadas da emissão, desde que o imposto não tenha sido recolhido, sem incidência de multa ou taxa;
- II** - mediante solicitação via sistema (sujeito à homologação): após o prazo de 24 (vinte e quatro) horas e antes do recolhimento do imposto, sem incidência de multa ou taxa;
- III** - mediante processo administrativo (sem multa): após o recolhimento do imposto, desde que o requerimento seja protocolado em até 05 (cinco) dias úteis após o prazo do inciso I;



Rua João Martins do Espírito Santo, nº 12  
Park Dona Gumerinda Martins  
Tel.: (37) 3226-9000

Edição Nº 2650 – Ano XII – Sexta-feira, 06 de Fevereiro de 2026

IV - mediante processo administrativo (com multa): transcorrido o prazo do inciso III, condicionado ao pagamento das taxas devidas e da multa prevista no art. 88, inciso II, alínea “m”, da Lei Complementar Municipal n. 066/2025 (Código Tributário Municipal).

§1º. As solicitações previstas nos incisos III e IV dependem de autorização da Diretoria de Fiscalização e Dívida Ativa ou de autoridade fiscal competente.

§2º. Prazos que vencerem em domingos ou feriados ficam automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.

**Art. 14.** Os pedidos de cancelamento ou substituição que exigirem processo administrativo deverão ser instruídos, conforme o caso, com os seguintes documentos:

I - cópia do documento fiscal objeto da revisão;

II - identificação do responsável legal pela pessoa jurídica prestadora;

III - comprovante de pagamento da multa e taxas, quando aplicável;

IV - para substituição: a cópia da nova NFS-e emitida, obrigatoriamente vinculada à competência da nota fiscal originária;

V - para cancelamento: declaração expressa do tomador dos serviços atestando que o serviço não foi prestado, sob as penas da lei.

§1º. É vedado o deferimento de cancelamento sem a apresentação da declaração do tomador referida no inciso V deste artigo.

§2º. Caso o imposto sobre serviços já tenha sido recolhido:

a) em caso de substituição, o valor poderá ser aproveitado para quitação da nota substituta;

b) Em caso de cancelamento, o valor poderá ser objeto de compensação ou restituição, nos termos da legislação tributária municipal.

§3º. Nas hipóteses em que o cancelamento ou a substituição da NFS-e ensejar a aplicação de penalidade pecuniária, o deferimento do pleito e a consequente atualização do status do documento no sistema ficam condicionados à comprovação do recolhimento integral da multa correspondente e das taxas administrativas incidentes.

**Art. 15.** A Secretaria Municipal de Fazenda poderá disciplinar, por ato normativo próprio, os procedimentos operacionais e critérios técnicos complementares aplicáveis ao SIGISS.

### CAPÍTULO III

#### BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO E AS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

#### SETORIAIS



Rua João Martins do Espírito Santo, nº 12  
Park Dona Gumerinda Martins  
Tel.: (37) 3226-9000



Edição Nº 2650 – Ano XII – Sexta-feira, 06 de Fevereiro de 2026

## Seção I

### Da dedução de materiais na construção civil

**Art. 16.** Nos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar Municipal n. 066/2025, admite-se exclusivamente a exclusão da base de cálculo do ISSQN dos valores correspondentes aos materiais produzidos pelo próprio prestador fora do local da obra, desde que fornecidos mediante operação com incidência destacada de ICMS, nos termos da legislação federal.

§1º. A dedução prevista no caput é de interpretação restritiva, não se aplicando:

- I - a materiais adquiridos de terceiros, ainda que incorporados à obra;
- II - a materiais produzidos ou preparados no próprio canteiro de obras;
- III - a mercadorias cuja circulação jurídica não tenha sido objeto de tributação efetiva pelo ICMS.

§2º. A comprovação da produção e do fornecimento dos materiais deve ser feita mediante documentação fiscal idônea, observando-se cumulativamente:

- I - a discriminação detalhada do material em Nota Fiscal Eletrônica de mercadoria (NF-e);
- II - o destaque separado entre o valor da mercadoria e o valor da prestação do serviço;
- III - a regularidade da emissão do documento fiscal de circulação conforme as normas da Secretaria de Estado de Fazenda.

§3º. A ausência, insuficiência ou irregularidade da comprovação documental, ou a não correspondência entre o material e a obra executada, implicará a integração total dos valores à base de cálculo do ISSQN, sem prejuízo das penalidades por declaração inexata.

## Seção II

### Das instituições financeiras – DESIF

**Art. 17.** Fica instituída a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DESIF), de existência digital, destinada ao registro, apuração e constituição do crédito tributário do ISSQN devido pelas instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e demais pessoas jurídicas obrigadas à adoção do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).



Rua João Martins do Espírito Santo, nº 12  
Park Dona Gumerinda Martins  
Tel.: (37) 3226-9000

Edição Nº 2650 – Ano XII – Sexta-feira, 06 de Fevereiro de 2026

**Art. 18.** A DESIF deverá ser gerada individualmente para cada estabelecimento sujeito à inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM) e transmitida mensalmente via SIGISS, ou sistema a este integrado, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao de competência.

**§1º.** A declaração deverá refletir a totalidade das receitas, tributáveis ou não, permitindo o batimento analítico integral entre o plano de contas institucional e a base de cálculo declarada.

**§2º.** As informações prestadas na DESIF deverão guardar estrita consonância com os dados contábeis enviados pela instituição ao Banco Central do Brasil.

**Art. 19.** A declaração específica (DESIF) será composta, no mínimo, pelos seguintes módulos e informações:

**I** - módulo de apuração: contendo o balancete analítico mensal com as contas de receitas e despesas, incluindo códigos de rubricas, valores lançados a débito e a crédito, e saldos finais;

**II** - módulo de informações comuns: contendo o plano de contas analítico com denominação, descrição da função das contas e o detalhamento até o nível máximo de subcontas, indicando a respectiva correlação com o COSIF;

**III** - módulo de serviços tomados: contendo as informações sobre a contratação de serviços e as respectivas retenções de ISSQN na fonte;

**IV** - módulo de notas explicativas: contendo justificativas sobre a natureza de contas e subcontas para fins de enquadramento ou exclusão da incidência do imposto.

**Art. 20.** Os estabelecimentos obrigados à DESIF deverão manter arquivados na agência local, pelo prazo decadencial, para exibição imediata à administração tributária municipal quando solicitados:

**I** - os mapas analíticos de receitas e os balancetes padronizados pelo BACEN;

**II** - os relatórios de rateio de contas de resultados entre dependências, quando houver.

**Art. 21.** Ato normativo da Secretaria Municipal de Fazenda disciplinará o layout técnico, os manuais de preenchimento, as hipóteses de prorrogação de prazo e os procedimentos para retificação da declaração.

### Seção III

#### Dos serviços cartorários e notariais



Rua João Martins do Espírito Santo, nº 12  
Park Dona Gumerinda Martins  
Tel.: (37) 3226-9000

Edição Nº 2650 – Ano XII – Sexta-feira, 06 de Fevereiro de 2026

**Art. 22.** Os titulares de serventias de notas e de registros (cartórios) devem realizar a escrituração eletrônica mensal de todos os atos praticados, observando-se o regime de competência.

**§1º.** Na apuração da base de cálculo, admite-se a dedução exclusivamente das parcelas (emolumentos líquidos) legalmente destinadas ao Estado de Minas Gerais ou a fundos institucionais por força de lei estadual específica.

**§2º.** A dedução referida no §1º fica condicionada a:

**I** - discriminação individualizada das parcelas repassadas no sistema;

**II** - comprovação de lastro em documentação contábil idônea que ateste o efetivo repasse aos entes destinatários.

**§3º.** A omissão ou a falta de discriminação dos repasses no sistema de gestão ensejará a incidência do imposto sobre a receita bruta total do período.

#### Seção IV

#### Das disposições comuns

**Art. 23.** A Secretaria Municipal de Fazenda expedirá normas complementares para a execução deste Capítulo, podendo instituir:

**I** - manuais de instrução para preenchimento de campos específicos;

**II** - regimes especiais para contribuintes de grande volume ou natureza peculiar;

**III** - critérios de auditoria eletrônica para cruzamento de dados setoriais.

#### CAPÍTULO IV

#### RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS (RPS)

**Art. 24.** O Recibo Provisório de Serviços (RPS) é o documento de posse e responsabilidade do contribuinte, destinado a substituir temporariamente a NFS-e nas seguintes hipóteses:

**I** - impossibilidade técnica de acesso ao Sistema Eletrônico de Gestão do ISSQN (SIGISS);

**II** - excessivo volume de operações que justifique a emissão de documentos em lote para posterior processamento;

**III** - adoção de regimes especiais autorizados pela Secretaria Municipal de Fazenda.



Rua João Martins do Espírito Santo, nº 12  
Park Dona Gumerinda Martins  
Tel.: (37) 3226-9000

Edição Nº 2650 – Ano XII – Sexta-feira, 06 de Fevereiro de 2026

§1º. O RPS terá formato livre, devendo ser confeccionado ou gerado por sistema próprio do contribuinte, independentemente de autorização prévia, desde que contenha todos os dados essenciais para sua posterior conversão em NFS-e.

§2º. Cada estabelecimento deverá manter uma numeração sequencial e específica para os seus RPS, vedada a utilização da mesma sequência para estabelecimentos distintos.

**Art. 25.** O Recibo provisório de Serviços (RPS) deverá ser convertido em NFS-e até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao de sua emissão, contendo a seguinte mensagem:

“A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE”.

§1º. A não conversão do RPS em NFS-e, ou a sua conversão fora do prazo estabelecido, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas na Lei Complementar n. 066/2025, por descumprimento de obrigação acessória e, se for o caso, por recolhimento extemporâneo do imposto.

§2º. Para os RPS emitidos nos últimos 05 (cinco) dias úteis de cada mês, o prazo de conversão expira, impreterivelmente, no último dia útil do mês da emissão, independentemente do decurso do prazo de 05 (cinco) dias previsto no caput.

§3º. O prazo previsto no caput não será interrompido ou suspenso em dias em que o sistema de gestão estiver operante, sendo responsabilidade do contribuinte a gestão de seus arquivos de contingência.

§4º. No caso de impedimento técnico prolongado do sistema municipal que inviabilize a conversão no prazo legal, a Secretaria Municipal de Fazenda poderá, mediante ato próprio, prorrogar o prazo de conversão para os contribuintes afetados.

§5º. A falta de conversão do RPS nos prazos estabelecidos impede o fechamento regular da escrituração eletrônica mensal, ficando o contribuinte sujeito à fiscalização e ao arbitramento da receita pela administração tributária do município.

12.12.53

NOVA SERRANA

CAPÍTULO V

01.01.54

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS AVULSA ELETRÔNICA (NFSA-e)

**Art. 26.** A Secretaria Municipal de Fazenda poderá autorizar a emissão de Nota Fiscal de Serviços Avulsa Eletrônica (NFSA-e), documento destinado a pessoas físicas ou jurídicas



Rua João Martins do Espírito Santo, nº 12  
Park Dona Gumercinda Martins  
Tel.: (37) 3226-9000

Edição Nº 2650 – Ano XII – Sexta-feira, 06 de Fevereiro de 2026

que não possuam obrigatoriedade de inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM) ou que prestem serviços de natureza eventual.

§1º. A emissão da NFS-e é condicionada ao prévio recolhimento do ISSQN correspondente, por meio de guia de arrecadação específica gerada pelo sistema, servindo o comprovante de pagamento como requisito de validade para a liberação do documento.

§2º. A veracidade das informações prestadas, tais como a identificação do tomador, a descrição dos serviços e os valores declarados, é de exclusiva responsabilidade do solicitante, sujeitando-o às sanções legais em caso de falsidade ou omissão.

§3º. A base de cálculo da NFS-e é o preço do serviço, sem deduções, aplicando-se a alíquota prevista na Lista de Serviços da Lei Complementar Municipal n. 066/2025.

**Art. 27.** É vedada a emissão de NFS-e:

**I** - para contribuintes que possuam inscrição ativa no Cadastro Municipal e que estejam obrigados à emissão de NFS-e;

**II** - quando caracterizada a habitualidade da prestação do serviço, hipótese em que o prestador será notificado a promover sua inscrição regular no Cadastro de Contribuintes Mobiliários;

**III** - para serviços cujos itens não estejam previstos na legislação municipal vigente.

**Art. 28.** Os contribuintes que, por força de lei ou regime especial, estejam dispensados da emissão de notas fiscais, permanecem obrigados a declarar suas operações em módulos específicos do Sistema Eletrônico de Gestão do ISSQN, para fins de controle e apuração estatística.

## CAPÍTULO VI

### CARTA DE CORREÇÃO ELETRÔNICA – CC-e

**Art. 29.** Fica instituída a Carta de Correção Eletrônica (CC-e), destinada à regularização de erro ocorrido na emissão de NFS-e, desde que o erro não esteja relacionado com:

**I** - variáveis determinantes do valor do imposto: base de cálculo, alíquota, valor da operação, valor da prestação, diferença de preço ou quantidade;

**II** - dados cadastrais fundamentais: correções que impliquem a mudança completa do prestador ou do tomador dos serviços;

**III** - aspectos temporais e fiscais críticos: data de emissão da NFS-e ou o período de competência do fato gerador.



Rua João Martins do Espírito Santo, nº 12  
Park Dona Gumerinda Martins  
Tel.: (37) 3226-9000

Edição Nº 2650 – Ano XII – Sexta-feira, 06 de Fevereiro de 2026

§1º. A CC-e é um documento de existência exclusivamente digital, transmitido via sistema, que deverá ser assinado eletronicamente pelo emitente e ficará vinculado à NFS-e original.

§2º. Havendo mais de uma Carta de Correção para a mesma NFS-e, o contribuinte deverá consolidar na última todas as informações corrigidas anteriormente.

§3º. A utilização da CC-e não dispensa o contribuinte do cumprimento dos prazos de recolhimento do imposto, nem supre a falta de emissão de documento fiscal quando esta for obrigatória.

§4º. Os erros não sanáveis por meio de CC-e, conforme descritos nos incisos I, II e III deste artigo, somente poderão ser regularizados mediante o cancelamento ou a substituição da NFS-e, observados os prazos e condições estabelecidos neste Decreto.

FÉ, DIGNIDADE E TRABALHO

## CAPÍTULO VII CONTROLE DE AUTENTICIDADE

**Art. 30.** Fica instituído o Controle de Autenticidade de Documentos Fiscais Eletrônicos, a ser realizado por meio de consulta pública, gratuita e ininterrupta no portal oficial da Prefeitura Municipal de Nova Serrana.

§1º. Todo documento fiscal eletrônico emitido deverá exibir, em local de destaque e fácil leitura, as instruções para verificação de sua autenticidade, acompanhadas da chave de acesso e, preferencialmente, de código de resposta rápida (QR Code).

§2º. A validação da integridade e da existência da NFS-e será efetuada mediante a informação conjunta dos seguintes dados:

I - número sequencial da NFS-e;

II - número de inscrição no CNPJ ou CPF do prestador de serviços;

III - código de verificação de autenticidade gerado aleatoriamente pelo Sistema Eletrônico de Gestão do ISSQN (SIGISS).

§3º. A consulta de autenticidade permite ao tomador do serviço e aos órgãos interessados confirmar se os dados constantes no documento impresso coincidem fielmente com as informações registradas na base de dados municipal.

§4º. A confirmação de autenticidade via sistema produz os mesmos efeitos legais da apresentação do documento original para todos os fins de direito, garantindo a validade jurídica da operação perante terceiros.



Rua João Martins do Espírito Santo, nº 12  
Park Dona Gumerinda Martins  
Tel.: (37) 3226-9000



Edição Nº 2650 – Ano XII – Sexta-feira, 06 de Fevereiro de 2026

§5º. A NFS-e que não permitir a confirmação de sua autenticidade no portal oficial, ou que apresentar divergências entre o impresso e o digital, será considerada documento inidôneo, sujeitando o emitente às sanções administrativas, fiscais e criminais cabíveis.

§6º. O sistema de consulta deverá permanecer disponível permanentemente, ressalvadas as janelas de manutenção técnica programada, as quais deverão ser comunicadas antecipadamente no sítio eletrônico da Prefeitura.

## CAPÍTULO VIII

### DOMICILIO TRIBUTÁRIO ELETRÔNICO (DT-e)

**Art. 31.** Fica instituído o Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e), canal oficial e obrigatório de comunicação entre a Secretaria Municipal de Fazenda e os sujeitos passivos dos tributos municipais, inclusive instituições financeiras e optantes pelo Simples Nacional.

**Art. 32.** O DT-e destina-se a viabilizar a comunicação eletrônica para:

- I** - cientificar o sujeito passivo de atos administrativos, decisões de indeferimento, exclusões de regimes tributários e ações fiscais;
- II** - encaminhar notificações, intimações, autos de infração, lançamentos tributários e termos de apreensão;
- III** - expedir comunicados, avisos informativos, consultas tributárias e convocações de interesse do Fisco.

**Art. 33.** As comunicações realizadas via DT-e observarão os seguintes requisitos e efeitos:

- I** - substitutividade e pessoalidade: a comunicação eletrônica dispensa a publicação no órgão oficial de imprensa e a remessa por via postal, sendo considerada pessoal para todos os efeitos legais;
- II** - aperfeiçoamento da ciência: considera-se realizada a comunicação na data em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao seu teor;
- III** - prorrogação automática: caso a consulta ocorra em dia não útil, a comunicação será considerada realizada no primeiro dia útil subsequente;
- IV** - ciência tácita (ficta): a consulta deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de disponibilização da mensagem no sistema, sob pena de ser considerada automaticamente realizada na data do término desse prazo.



Rua João Martins do Espírito Santo, nº 12  
Park Dona Gumerinda Martins  
Tel.: (37) 3226-9000

Edição Nº 2650 – Ano XII – Sexta-feira, 06 de Fevereiro de 2026

§1º. A validade jurídica da ciência eletrônica fica condicionada à observância dos requisitos de autenticidade, integridade e disponibilidade da informação no sistema municipal.

§2º. É de exclusiva responsabilidade do contribuinte o acesso periódico ao sistema, a manutenção de conexão à rede mundial de computadores e a configuração de alertas, não constituindo escusa para o descumprimento de prazos a alegação de desconhecimento de mensagens pendentes.

§3º. A Secretaria Municipal de Fazenda poderá exigir que o acesso ao DT-e seja efetuado mediante o uso de assinatura digital certificada nos padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

**Art. 34.** O uso do DT-e não exclui outras formas de notificação ou intimação previstas na legislação tributária municipal, que poderão ser adotadas subsidiariamente por conveniência administrativa ou quando o meio eletrônico for tecnicamente inviável.

## CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 35.** A Secretaria Municipal de Fazenda ou órgão equivalente poderá expedir normas complementares necessárias à operacionalização do SIGISS, inclusive quanto a:

I - credenciamento e acesso de usuários;

II - prazos e formas de escrituração;

III - validação, retificação e substituição de informações;

IV - contingência, indisponibilidade do sistema e procedimentos alternativos

**Art. 36.** O ISSQN deverá ser recolhido até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador, inclusive para os casos de retenção na fonte (ISS substituto).

**Art. 37.** A falta de recolhimento do ISSQN retido de terceiros no prazo legal constitui apropriação indébita tributária, sujeitando o infrator às sanções penais e administrativas cabíveis.

**Art. 38.** Todos os contribuintes estabelecidos no Município de Nova Serrana, prestadores ou tomadores de serviços, inclusive os imunes ou isentos, ficam obrigados ao cadastramento e utilização do Sistema Eletrônico de Gestão do ISSQN.

# Diário Oficial



Nova Serrana•MG

Diário Oficial Eletrônico do Município de Nova Serrana-MG / Instituído pela Lei Nº 2.355/2015

Edição Nº 2650 – Ano XII – Sexta-feira, 06 de Fevereiro de 2026

**Parágrafo único.** Os escritórios de contabilidade ou profissionais contadores deverão efetuar o vínculo de seus clientes no sistema, assumindo a responsabilidade técnica pelas declarações efetuadas sob sua gestão.

**Art. 39.** O acesso ao sistema será efetuado exclusivamente mediante senha de acesso, assinatura digital ou outros meios de autenticação autorizados pela administração tributária municipal.

**Art. 40.** O uso da senha de acesso e as declarações por ela transmitidas são de total e inteira responsabilidade dos respectivos detentores, possuindo caráter de confissão de dívida para todos os fins de direito.

**Art. 41.** O descumprimento das obrigações previstas neste Decreto sujeita o infrator às penalidades estabelecidas na Lei Complementar n. 066/2025 e demais normas tributárias municipais aplicáveis.

**Art. 42.** Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 017/2014, de 05 de março de 2014.

**Art. 43.** Este **DECRETO** entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 1º de julho de 2019, exclusivamente quanto à obrigatoriedade da escrituração eletrônica prevista no art. 2º.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Nova Serrana (MG), 06 de fevereiro de 2026.

**Fábio José de Oliveira**

Prefeito Municipal de Nova Serrana



Rua João Martins do Espírito Santo, nº 12  
Park Dona Gumerinda Martins  
Tel.: (37) 3226-9000